JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.12.09 07:06:05 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 9, 10 e 11 de dezembro de 2023 • Nº 1699 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

'LIRA' NO COMANDO

Caixa negocia captação de US$ 500 milhões

A Caixa Econômica Federal (CEF) negocia, com o Banco Mundial, uma captação de US$ 500 milhões (o equivalente a R$ 2,469 bilhões) para financiar a transição energética de diferentes setores no País. Os recursos devem ser destinados a projetos em transportes, infraestrutura urbana sustentável e energia. Na quinta-feira passada, o banco público obteve autorização da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), ligada ao Ministério do Planejamento, para ir adiante com a captação. "As cidades brasileiras têm urgência na redução das emissões de gases de efeito estufa para alcançar suas metas ambientais, em especial no transporte público, que é um dos maiores emissores de poluentes nos centros urbanos", afirma em nota o presidente da Caixa, Carlos Vieira. PÁGINA 2

BANCO CENTRAL

Poupança tem retirada de R$ 3,31 bilhões em novembro

Pelo quinto mês seguido, o saldo da aplicação na caderneta de poupança voltou a cair com o registro de mais saques do que depósitos no mês passado. Em novembro, as saídas superaram as entradas em R$ 3,31 bilhões, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira, em Brasília, pelo Banco Central (BC). O resultado negativo, entretanto, foi menor do que o verificado em novembro de 2022, quando os brasileiros sacaram R$ 7,42 bilhões a mais do que depositaram na poupança. Em relação ao mês anterior, a diferença foi maior. Em outubro de 2023, houve saída líquida de R$ 12,16 bilhões. No mês passado, foram aplicados R$ 326,57 bilhões, contra saques de R$ 329,88 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 5,41 bilhões. Com o resultado de novembro, a poupança acumula retirada líquida de R$ 101,59 bilhões no acumulado do ano. PÁGINA 2

CRIME SEM CASTIGO

CPI para investigar Braskem em Maceió será instalada na 3ª feira

LULA MARQUES/ABRASIL

Será instalada nesta terça-feira, no senado, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da para investigar a atuação de forma criminosa da Braskem na extração de sal-gema em Maceió-AL. A sessão inaugural, às 15h, será dirigida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) (**foto**), autor do pedido de abertura e parlamentar mais velho indicado para a comissão. Neste primeiro encontro, será eleito o presidente dos trabalhos, que é o responsável por nomear o relator e o vice-presidente. A comissão deve se debruçar sobre os impactos da extração de sal-gema pela empresa em Maceió (AL), que provocou o afundamento de bairros e a retirada de milhares de pessoas de suas casas. O acordo feito pela companhia com a prefeitura também estará no alvo dos senadores. PÁGINA 3

CÂMARA

SUS: projeto de vacina contra herpes-zoster está parado

PÁGINA 3

ALESP

Ouvidoria acompanha apuração da ação da PM

PÁGINA 3

FAMÍLIAS

Programa do CNJ regulariza imóveis no Rio

O programa Solo Seguro Favelas, conduzido pela Corregedoria Nacional de Justiça, instância do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entregou nesta sexta-feira para 80 famílias os títulos de posse do imóvel em que vivem. A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, também participou do projeto piloto de concessão de títulos de regularização fundiária. O Tribunal de Justiça e cartórios fluminenses colaboram com a força-tarefa. As famílias contempladas são moradoras da comunidade Nova Brasília, no Complexo do Alemão. PÁGINA 4

EM BUSCA DE APOIO

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Maduro vai visitar Putin em meio à crise da Venezuela com Guiana

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, vai visitar o presidente da Rússia, Vladimir Putin, nos próximos dias, em meio à disputa da região do Essequibo com a Guiana. A visita deve acontecer até o fim deste mês e sinaliza a aliança entre as duas nações enquanto a Guiana recorre aos EUA e outros aliados sul-americanos para defender o território, rico em petróleo. Articulada em outubro, quando as tensões em torno da região do Essequibo haviam começado, a viagem de Maduro tem o objetivo oficial aprofundar a "cooperação" e "os investimentos" russos. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 0,86% / 127.093,57 / 1.084,00 / Volume: R$ 20.820.501.054 / Negócios: 3.418.738

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	4.33	+6.13	+0.25
PETRORIO ON NM	44.55	+5.02	+2.13
AREZZO CO ON NM	64.82	+3.63	+2.27
PETROBRAS ON N2	36.66	+3.41	+1.21
COSAN ON NM	17.52	+3.36	+0.57

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	2.13	–5.75%	–0.13
AZUL PN N2	16.12	–4.33	–0.73
IRBBRASIL REON NM	50.58	–4.04	–2.13
CASAS BAHIA ON NM	0.510	–3.77	–0.020
CVC BRASIL ON NM	3.60	–3.74	–0.14

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	34.49	+3.20	+1.07
VALE ON NM	72.80	+0.28	+0.20
PETRORIO ON NM	44.55	+5.02	+2.13
BRADESCO PN EJ N1	16.46	+1.60	+0.26
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	32.02	+1.27	+0.40

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	36.247,87	+0,36
NASDAQ Composite	14.403,972	+0,45
CAC 40	7.526,55	+1,32
FTSE 100	7.554,47	+0,54
DAX	16.759,22	+0,78
Ftse Mib	30.397,28	+0,91

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/11)	12,25%
Poupança 3 (08/12)	0,6063%
TR (08/12)	0,1068%
IGP-M	0,59% (nov.)
IPCA-15	0,33% (nov.)
CDI (01/11)	12,15%
OURO BM&F/grama	R$ 317,31
EURO Comercial	Compra: 5,3025 Venda: 5,3031
EURO turismo	Compra: 5,3446 Venda: 5,5236
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9158 +0,43%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9289 Venda: 4,9295
DÓLAR turismo	Compra: 4,9368 Venda: 5,1168

Economia

MERCADOS

Bolsa sobe 0,86% e volta aos 127 mil pontos, mas recua 0,85% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Pela primeira vez neste começo de dezembro, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou duas altas, quebrando nesta sexta sessão do mês a alternância de ganho e perda que vinha se impondo ao Índice Bovespa (Ibovespa), após o salto de 12,54% acumulado em novembro, o maior ganho mensal em três anos. Nesta sexta, voltou a romper nas máximas do dia o limiar dos 127 mil pontos, e conseguiu sustentar o nível em direção ao fechamento, quando ganhou força com Petrobras ON - que operava então, também, no pico desta sexta-feira. Assim, o Ibovespa retoma patamar visto na última sessão de novembro e que o favoreceu a buscar os 128 mil pontos já no dia seguinte, no fechamento de 1º de dezembro.

Desde então, com pouco fôlego após a última sexta-feira, o índice fez uma pausa para consolidação nesta semana, em que acumulou perda de 0,85%, vindo de ganhos nas seis anteriores, desde 23 de outubro.

No mês de dezembro, as perdas se resumem agora a 0,19%. No ano, o Ibovespa sobe 15,82%. O giro financeiro ficou em R$ 20,8 bilhões na sessão, em que o Índice Bovespa oscilou dos 125.562,34 aos 127.289,43 (+1,02%), saindo de abertura aos 126.009,57 pontos. No fechamento, mostrava alta de 0,86%, aos 127.093,57 pontos.

Lá fora, mesmo com idas e vindas, os três índices de Nova York (Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq) também conseguiram fechar o dia em retomada moderada, com ganhos discretos, na casa de 0,3% a 0,4% na sessão, apesar do avanço visto nos rendimentos dos Treasuries.

Tal reação nos juros futuros domésticos, ao fim de semana que antecede as deliberações não só do Fed mas também do Copom sobre as respectivas políticas monetárias - nas próximas terça, 12, e quarta-feira, 13 -, afetou na B3 em particular as ações associadas ao ciclo doméstico, como as de varejo (Casas Bahia -3,77%, Magazine Luiza -5,75%), na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, ao lado de Azul (-4,33%) e IRB (-4,04%).

No lado oposto, destaque nesta sexta-feira para Pão de Açúcar (+6,13%), Prio (+5,02%) e Arezzo (+3,63%). As ações do setor de petróleo, inclusive Petrobras (ON +3,41%, PN +3,20%), responderam bem à recuperação de mais de 2% nos preços do Brent e do WTI, ao fim de semana bem negativa para a commodity, que acumulou perdas na casa de 4% no intervalo, e para as ações do setor. Assim, Petrobras ON e PN, mesmo com a retomada de hoje, encerraram a semana com perdas de 1,45% e 3,31%, pela ordem.

O dia foi levemente positivo para Vale (ON +0,28%) e para outros nomes do setor metálico (Gerdau PN +0,90%, CSN ON +1,36%), assim como para os grandes bancos, em que o destaque ficou para o avanço de 1,6% em Bradesco PN.

DÓLAR AVANÇA 0,42%

A moeda trabalhou a maior parte da sessão com sinal positivo, acima do nível de R$ 4,90.

Com máxima a R$ 4,9364, o dólar à vista encerrou o pregão cotado a R$ 4,9295, em alta de 0,42%. Na semana, a divisa apresentou valorização de 1%. O Principal termômetro do apetite por negócios, o dólar futuro para janeiro movimentou pouco mais de US$ 11 bilhões.

CAPTAÇÃO

Nas mãos da turma do Lira, Caixa negocia US$ 500 mi

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Caixa Econômica Federal (CEF) negocia, com o Banco Mundial, uma captação de US$ 500 milhões (o equivalente a R$ 2,469 bilhões) para financiar a transição energética de diferentes setores no País. Os recursos devem ser destinados a projetos em transportes, infraestrutura urbana sustentável e energia.

Na quinta-feira passada, o banco público obteve autorização da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), ligada ao Ministério do Planejamento, para ir adiante com a captação.

"As cidades brasileiras têm urgência na redução das emissões de gases de efeito estufa para alcançar suas metas ambientais, em especial no transporte público, que é um dos maiores emissores de poluentes nos centros urbanos", afirma em nota o presidente da Caixa, Carlos Vieira.

O banco dará prioridade a iniciativas que invistam na eletrificação dos transportes públicos e veículos elétricos, bem como a infraestrutura necessária para que operem. Também dará foco à transição energética, para as cidades que tenham planos de geração de energia limpa e de eficiência.

Além disso, financiará propostas para uma economia de baixo carbono na infraestrutura urbana sustentável, o que envolve iluminação pública, saneamento e outros projetos que reduzam emissões de gases causadores do efeito estufa.

O banco afirma que com o projeto, ajudará no avanço das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) do País.

"A jornada em direção ao cumprimento dos objetivos firmados é contínua e requer urgência. A Caixa está preparada para liderar essa transformação, impactando positivamente milhões de vidas e contribuindo para um Brasil mais verde e justo", diz Jean Benevides, diretor de Sustentabilidade da instituição.

BANCO CENTRAL

Poupança tem retirada líquida de R$ 3,31 bilhões em novembro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Pelo quinto mês seguido, o saldo da aplicação na caderneta de poupança voltou a cair com o registro de mais saques do que depósitos no mês passado. Em novembro, as saídas superaram as entradas em R$ 3,31 bilhões, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira, em Brasília, pelo Banco Central (BC).

O resultado negativo, entretanto, foi menor do que o verificado em novembro de 2022, quando os brasileiros sacaram R$ 7,42 bilhões a mais do que depositaram na poupança. Em relação ao mês anterior, a diferença foi maior. Em outubro de 2023, houve saída líquida de R$ 12,16 bilhões.

No mês passado, foram aplicados R$ 326,57 bilhões, contra saques de R$ 329,88 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 5,41 bilhões.

RETIRADA LÍQUIDA

Com o resultado de novembro, a poupança acumula retirada líquida de R$ 101,59 bilhões no acumulado do ano. De janeiro a novembro, apenas em junho houve mais depósitos do que saques nas cadernetas, quando houve entradas líquidas de R$ 2,59 bilhões. Em todos os outros meses, houve saídas líquidas.

Em 2022, a caderneta registrou fuga líquida (mais saques que depósitos) recorde de R$ 103,24 bilhões, em um cenário de inflação e endividamento altos.

Em 2020, a poupança tinha registrado captação líquida (mais depósitos que saques) recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

CÚPULA

Mercosul se compromete a regular radicalização em ambiente digital

RAFAEL DE CARVALHO CARDOSO/ABRASIL

Presidentes dos países integrantes do Mercosul assinaram durante a cúpula que aconteceu no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, uma declaração especial sobre defesa da democracia e da integridade da informação em ambientes digitais. O texto foi fechado na quinta-feira passada e divulgado nesta sexta-feira para a imprensa. O destaque é o compromisso de adotar medidas conjuntas para regular plataformas digitais que possam ampliar a radicalização política no continente.

O documento foi acordado entre o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Argentina, Alberto Fernández; do Paraguai, Santiago Peña, e do Uruguai, Luis Lacalle Pou, além de autoridades dos Estados Associados ao Mercosul.

Em um dos trechos, os presidentes demonstram preocupação com "modelos de negócios em ambientes digitais que, com a finalidade de incrementar receitas com publicidade e resultados empresariais, aumentam a recomendação e a reprodução de informações distorcidas, falsas e discursos de ódio, o que contribui com a polarização ideológica nos diferentes setores da sociedade, afetando principalmente as pessoas ou comunidades em situação de vulnerabilidade, agravando tendências de radicalização, extremismo e atos violentos".

Outro ponto levantado é o de que as plataformas digitais devem respeitar o direito à privacidade de dados dos usuários e desenvolver modelos de negócios alternativos que não monetizem esses dados. O texto lembra que as mesmas leis, regulamentos e direitos que acontecem fora do ambiente digital, são extensíveis a ele, entre os quais destacaram a liberdade de expressão, de imprensa, privacidade e proteção de informações pessoais.

O Mercosul também insiste que as plataformas facilitem o acesso aos dados e aos critérios que fundamentam a programação algorítmica, sistemas de recomendação e moderação de conteúdo. A justificativa é que esse tipo de transparência facilita o trabalho de instituições de pesquisa que avaliam o impacto dos discursos de ódio em ambientais digitais.

Os avanços na inteligência artificial também foram assinalados, com preocupações específicas sobre a desinformação e a apologia aos diferentes tipos de violência. Os presidentes afirmam que está em risco a coesão social, os valores democráticos, os direitos humanos, o conhecimento científico e a confiança no jornalismo. E citam fenômenos climáticos e a pandemia do coronavírus como casos em que o debate público foi comprometido.

Houve ainda uma sinalização de que é preciso promover ações para formar cidadanias digitais, principalmente entre crianças e adolescentes, que os preparem para se desenvolver de maneira segura nos ambientes digitais.

DÍVIDAS

Federalização de estatais não é consenso entre deputados de MG

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A proposta de federalização das estatais mineiras não tem consenso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, disseram nesta sexta-feira deputados estaduais de oposição ao governador Romeu Zema. Eles se reuniram por cerca de 1h30 com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutirem alternativas às propostas sobre o pagamento da dívida mineira com a União, estimada em R$ 160 bilhões.

"Essa é uma ideia que tem divergências no encaminhamento. Seja na federalização ou diminuição de juros, é preciso ter o princípio de resolver o problema da dívida. A ideia do (presidente do Senado, Rodrigo) Pacheco tem motivação importante, mas há divergências entre sindicatos, deputados e outros parlamentares", explicou o líder da oposição na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Ulysses Gomes (PT), na saída do encontro.

No fim de novembro, o governo mineiro informou ter concordado com a proposta de Pacheco de ceder à União o controle das estatais locais, como a Companhia Energética (Cemig), Companhia de Saneamento (Copasa) e Companhia de Desenvolvimento Econômico (Codemig), como alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O governo mineiro poderia recomprar as ações das empresas após 20 anos.

A bancada de oposição ao governo de Minas Gerais também discorda das condições do plano de recuperação fiscal proposto por Zema. O principal receio, disseram os parlamentares, decorre do congelamento do salário do funcionalismo público mineiro. "O pagamento da dívida não pode ocorrer às custas do servidor do estado", disse Ulysses Gomes.

Segundo o parlamentar, existe tempo para discutir uma terceira proposta para resolver a crise fiscal mineira. Isso porque a União, ressaltou o deputado estadual, pedirá ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prorrogação do prazo limite para que o governo mineiro volte a pagar as parcelas da dívida com a União.

D20

BNDES presidirá grupo de bancos de desenvolvimento

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai presidir, pelos próximos dois anos, o D20 Long-Term Investors Club (D20). O grupo reúne os 20 maiores investidores e instituições financeiras de longo prazo do mundo. É a primeira vez que o BNDES ocupa essa posição.

O BNDES dividirá a presidência com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). Os membros do clube são principalmente do G20 – grupo que reúne as maiores economias mundial, a União Europeia e a União Africana.

A formalização do BNDES como copresidente ocorreu durante encontro do D20 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em paralelo à Conferência do Clima da Organização das Nações Unida (COP28). O banco brasileiro foi eleito por unanimidade.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o D20 é um dos espaços mais relevantes para estratégias capazes de enfrentar a crise climática, que ele classificou como "dramática".

Os integrantes do D20 têm perfil de financiamento de longo prazo. A vantagens de empréstimos com duração de décadas é que as condições para os tomadores de dinheiro são feitas de forma mais estáveis, menos vulneráveis a volatilidades em períodos de crise.

"Temos um grande desafio na transição energética e na descarbonização da indústria. Isso deveria estar no topo das nossas prioridades", disse.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 30º 20º 85% 05:13 18:45 **PRIMAVERA:** Sol com poucas nuvens durante o dia, com chuva a qualquer hora.

CRIME SEM CASTIGO

CPI para investigar Braskem em Maceió começa na 3ª feira

ALEX BRAGA/AE

Será instalada nesta terça-feira, no senado, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da para investigar a atuação de forma criminosa da Braskem na extração de sal-gema em Maceió-AL. A sessão inaugural, às 15h, será dirigida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), autor do pedido de abertura e parlamentar mais velho indicado para a comissão. Neste primeiro encontro, será eleito o presidente dos trabalhos, que é o responsável por nomear o relator e o vice-presidente.

A comissão deve se debruçar sobre os impactos da extração de sal-gema pela empresa em Maceió (AL), que provocou o afundamento de bairros e a retirada de milhares de pessoas de suas casas. O acordo feito pela companhia com a prefeitura também estará no alvo dos senadores.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), leu, em 24 de outubro, o texto de abertura da CPI no plenário da casa, mas os trabalhos não começaram pela indefinição dos integrantes. Até o dia 1º de dezembro, apenas o MDB havia indicado seus dois nomes para compor a comissão. Neste momento, nove senadores foram indicados para participarem dos trabalhos. Ao todo, deve-se ter 11 parlamentares titulares.

A iniciativa tem grande resistência dentro do Congresso e do governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), rival de Renan Calheiros e aliado do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), por exemplo, é contra a investigação.

Esta CPI tem por objetivo investigar a Braskem, empresa responsável por minas de extração de sal-gema que ameaçam desabar em Maceió. O prefeito João Henrique Caldas decretou, em 30 de novembro, estado de emergência por 180 dias na cidade. Uma decisão judicial ainda determinou a saída de 27 famílias de área considerada de risco. Desde 2018, mais de 50 mil pessoas já precisaram deixar suas residências por conta do problema.

Afundamento do solo de mina em Maceió já passa de 2 metros de profundidade

Alex Rodrigues/ABrasil

O solo da Mina 18 da petroquímica Braskem, no bairro do Mutange, em Maceió, já afundou mais de 2 metros desde o último dia 29, quando a Defesa Civil municipal emitiu um alerta, apontando o "risco iminente de colapso" da estrutura, e recomendou o bloqueio do acesso de pessoas à região.

Em nota divulgada nesta sexta-feira, a Defesa Civil municipal informou que, entre a tarde de quarta-feira (6) e a de quinta-feira (7), o solo afundou a 0,23 centímetro (cm) por hora, tendo se movimentado verticalmente 5,7 cm. Com isso, a profundidade atingiu 2,06 m no fim da tarde de quinta.

GESTÃO TARCÍSIO

Ouvidoria da Polícia acompanha apuração da ação de PMs na Alesp

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Ouvidoria da Polícia do estado de São Paulo informou nesta sexta-feira que abriu um procedimento para acompanhar a apuração da ação de policiais no plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na quarta-feira passada, na sessão em que foi aprovado o projeto de lei que autoriza o governo estadual a vender o controle da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Por força de lei, a apuração da conduta dos policiais deve ser feita pela Corregedoria da Polícia.

"Segundo relatos, os PMs chegaram a lançar gás de pimenta nas galerias e bater no público com cassetetes, com detenção de alguns destes manifestantes. Pode-se verificar que haviam equipes do Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) e Força Tática e ficou perceptível também que estes não estavam usando as Câmeras Operacionais Portáteis (COPs). Assim, estamos abrindo procedimento", informou a Ouvidoria, em nota.

O órgão disse que vai sugerir à Corregedoria da Polícia Militar, órgão responsável pela apuração, que busque as imagens do sistema de monitoramento interno da Alesp e as imagens geradas pela TV Alesp, "que podem apresentar elementos que nos elucidem se houve ou não excesso por parte das equipes da PM que atuaram na ocasião".

"Sabemos que é preciso preservar a ordem dos trabalhos da assembleia, mas também garantir a livre manifestação do pensamento, ideias e atividades, como previsto no Artigo 5º de nossa Constituição Federal", disse a Ouvidoria.

DOENÇA

Projeto que prevê vacina de herpes-zoster no SUS está parado na Câmara

KARINA FERREIRA/AE

Um projeto que inclui a vacina contra a doença herpes-zoster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS) tramita na Câmara dos Deputados desde setembro do ano passado.

Atualmente, a vacina só é oferecida pelo sistema privado. Segundo sites de laboratórios e clínicas que oferecem o imunizante em São Paulo, o custo das duas doses pode chegar a R$ 1,7 mil.

No último dia 6, o projeto de autoria do ex-deputado Ney Leprevost (União-PR) foi retirado da pauta da reunião da Comissão de Saúde a pedido do deputado Jorge Solla (PT-BA).

Isso foi apenas um dia antes da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) ser internada no hospital DF Star, em Brasília, após uma paralisia facial, em decorrência de uma infecção no ouvido causada pelo vírus varicela-zóster, que causa a doença.

O vírus é o mesmo da catapora e, por isso, se manifesta no corpo com pequenas bolhas que coçam e ardem, também conhecidas popularmente por "cobreiro". As lesões aparecem geralmente no tronco, mas também podem surgir nos braços e nas pernas ou, mais raramente, nos ouvidos. As dores costumam ser locais, porém muito intensas.

Se aprovado, o projeto, ao incluir a vacina no calendário nacional do SUS, também permitirá que o acesso a ela seja gratuito para as pessoas que cumprirem os requisitos a serem regulamentados.

Atualmente, ela é recomendada para pessoas de mais de 50 anos, ou adultos a partir de 18 que estejam no grupo de risco para contraírem a doença, como as imunossuprimidas.

O projeto deve ainda passar pelas Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovada nas comissões, a proposta segue para o Senado Federal, sem antes precisar passar por votação do plenário.

Defesa vê irregularidades na prisão de manifestantes

DANIEL MELLO/ABRASIL

Permanecem presos dois manifestantes que protestaram na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) contra a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). "Foram prisões ilegais, prisões de pessoas que estavam ali exercendo o seu legítimo direito de manifestação num lugar que era para ser um ambiente de debate democrático", aponta a advogada da Unidade Popular Raquel Brito, que acompanha o caso.

Durante a sessão, quatro pessoas foram levadas à delegacia pela Polícia Militar na última quarta-feira, quando foi votada a proposta que autoriza a venda do controle acionário da estatal estadual. O grupo passou a noite no 27° Distrito Policial, do Campo Belo, zona sul paulistana, até ser encaminhado para audiência de custódia na quinta-feira passada. A Justiça decidiu manter a prisão em flagrante do professor Lucas Carvente e do estudante Hendryll Luiz, acusados de quebrar móveis na Alesp e agredir policiais.

A advogada enfatiza que mesmo as pessoas liberadas ainda responderão processos. Para ela, a manutenção das prisões preventivas não faz sentido, uma vez que os dois cumprem os requisitos necessários para responder em liberdade. "Mesmo não entrando no mérito, avaliando só essa parte processual, não caberia (a manutenção da prisão), porque eles trabalham, têm residência fixa, não trazem nenhum risco para o bom andamento do processo, que é o que se avalia nessa audiência de custódia", enumerou.

ESTUDANTE

Lucas Carvente tem 26 anos e é professor de uma escola da rede estadual de ensino na zona sul paulistana. Faz ainda mestrado em ciências sociais na Universidade Federal de São Paulo e é militante do Movimento Luta de Classes.

Hendryll Luiz tem 22 anos e mora em São Bernardo do Campo. Faz graduação em engenharia de petróleo na Universidade Federal de SP, onde atua no centro acadêmico, além de ser militante da União da Juventude Rebelião.

EPIDEMIA

Ministério da Saúde projeta aumento de casos de dengue em 2024 no País

LEON FERRARI/AE

Em coletiva realizada nesta sexta-feira, o Ministério da Saúde alertou que, em 2024, o número de casos de dengue deve aumentar em grande parte do Brasil. O Centro-Oeste deve encarar um cenário epidêmico. A estimativa pouco otimista se dá frente a um cenário em que, pela primeira vez em muito tempo, os quatro sorotipos do vírus causador da doença (1, 2, 3 e 4) circulam no País e o El Niño eleva as temperaturas, criando um clima ideal para o mosquito vetor, o Aedes Aegypti, se reproduzir cada vez mais.

De olho na situação, a pasta inaugurou a Sala Nacional de Arboviroses (SNA). Trata-se de "um espaço permanente que vai permitir o monitoramento em tempo real dos locais com maior incidência de dengue, chikungunya e zika para preparar o Brasil em uma eventual alta de casos dessas doenças nos próximos meses", conforme informado em nota. Vale destacar que o Aedes Aegypti também é vetor para chikungunya e zika. O ministério também anunciou um aporte de R$ 256 milhões a Estados e municípios. Ainda no final deste ano, uma parcela de R$ 111,5 milhões será liberada.

"No pior cenário, poderemos chegar a 5 milhões de casos de dengue (em 2024). Temos uma variação aí de 1,7 milhão a 5 milhões, uma média de 3 milhões. Tudo isso, sem considerar nenhuma nova tecnologia (aplicada), sem considerar que faríamos algo, mas nós estamos nos antecipando", disse a secretaria de Vigilância em Saúde Ethel Maciel, durante a coletiva. As previsões foram feitas em uma parceria com o InfoDengue, da Fiocruz.

Nota

PF INDICIA TORRES POR FALSIDADE IDEOLÓGICA

A Polícia Federal (PF) indiciou o ex-ministro da Justiça Anderson Torres por posse de animais silvestres, maus-tratos, falsificação de selos e falsidade ideológica. Após ser preso por suposta omissão nos ataques de 8 de janeiro, o Ibama multou o ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro (PL) por manter pássaros em cativeiro dentro da casa dele em Brasília. A mãe de Torres também foi indiciada. Em agosto, o MPF se manifestou, no bojo de um habeas corpus apresentado pela defesa de Torres, pela competência da Justiça Estadual para conduzir as investigações.

OITO DE JANEIRO

Moraes vota contra 48 recursos de réus que tentam derrubar ações

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira, para negar recursos em que 48 acusados pelo 8 de janeiro tentavam reverter as decisões que os colocaram no banco dos réus pela participação nos atos golpistas que deixaram um rastro de destruição na Praça dos Três Poderes.

As contestações são analisadas em dois julgamentos virtuais que tiveram início à meia noite desta sexta e tem previsão de terminar no próximo dia 15.

Os ministros se debruçam sobre embargos de declaração - tipo de recurso em que os denunciados sustentam ambiguidade, omissões ou contradições em determinada decisão, no caso a de recebimento de denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Ao averiguar os argumentos, o ministro Alexandre de Moraes ponderou que não há "deficiências" nas decisões que determinaram a abertura de ações penais contra os 48 denunciados pela PGR. O relator rechaçou incerteza, dubiedade ou obscuridade.

Na avaliação do ministro, os recursos não devem ser acolhidos vez que, "a pretexto de sanar omissões do acórdão embargado, reproduzem mero inconformismo com o desfecho do julgamento".

Moraes ainda frisou que sobrestou as ações penais ligadas ao 8 de janeiro para aguardar o parecer da PGR sobre o oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal a parte dos denunciados - possibilidade que foi reconhecida pelo STF posteriormente.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO E RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade securitizadora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), em consonância com o disposto na cláusula 16 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 15 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar a alteração da cláusula 5.9.2 do Termo de Securitização a fim de prever que o Fundo de Liquidez deverá ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, passando, portanto, a ter a seguinte redação: "5.9.2. O Fundo de Liquidez deverá, a qualquer tempo, ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, incluindo amortização programada ("Montante Mínimo do Fundo de Liquidez"). Toda vez que, por qualquer motivo, os recursos do Fundo de Liquidez venham a ser inferiores ao Montante Mínimo do Fundo de Liquidez, o Devedor estará obrigado a depositar recursos na Conta do Patrimônio Separado em montantes suficientes para a recomposição do referido limite, em até 20 (vinte) dias contados do envio de prévia comunicação, pela Securitizadora, neste sentido. Caso o Devedor não deposite o montante necessário para o cumprimento da obrigação acima estipulada, no prazo ali previsto, tal evento será considerado como inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Devedor e o sujeitará às mesmas penalidades de qualquer inadimplemento pecuniário, conforme previstas neste Instrumento, inclusive Encargos Moratórios." (ii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação do item acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SAN GERARDO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. **RERRATIFICAÇÃO:** A Securitizadora vem, ainda, por meio da presente, rerratificar o Edital de Convocação publicado na edição do jornal Diário do Acionista nos dias 16, 17 e 21 de novembro de 2023, respectivamente, nas páginas 03 de cada edição, consoante aos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, unicamente para esclarecer, retificar e ratificar a indicação do quórum de deliberação da matéria constante da Ordem do Dia (i), que poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação, tendo em vista a alteração do Fundo de Liquidez, que integra o termo definido "Garantias" no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 07 de dezembro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Chova rápida durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 34º 23º 85% 05:00 18:30

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 268, sala 901, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20941-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente **EDITAL**, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 15 de dezembro de 2023, às 10h, na sede da empresa e por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) aprovação da abertura de linha de crédito no valor de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com YALEEH FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ nº 36.703.167/0001-66, mediante a alienação fiduciária da embarcação Surfer 1870 e cessão do crédito em garantia dos recebimentos do contrato de afretamento da referida embarcação com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2023.
RENATO DE ANDRADE CABRAL

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 – NIRE 33.300.162.178
Edital de Convocação dos Acionistas da
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
("Companhia") para Assembleia Geral Extraordinária

Duque de Caxias, 06/12/2023. Pelo presente Edital de Convocação, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu Presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, convoca os Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, no dia 15/12/2023, às 14h00min ("AGE"), que se realizará na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 – Bloco Vermelho – 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, para discutirem e deliberarem sobre: **1.** Substituição e eleição de membro suplente do Conselho de Administração. **Informações Gerais:** (1) Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 48 horas à realização da AGE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGE, inclusive para deliberar sobre a eventual suspensão da AGE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br; e (2) A documentação relativa à matéria constante da Ordem do Dia, incluindo a Proposta da Administração apresentada pela Companhia será divulgada e estará disponível para retirada pelos Acionistas nesta data na sede da Companhia ou poderá ser solicitada pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br. Atenciosamente, ***Carlo Alberto Bottarelli*** *– Presidente do Conselho de Administração.* (07, 08 e 09/12/2023)

Santa Cruz 479 Point Comercio de Alimentos Ltda.
CNPJ nº 37.882.857/0001-92
Edital de Convocação

Ficam os senhores sócios da **Santa Cruz 479 Point Comercio de Alimentos Ltda.** ("Sociedade"), convocados, para se reunirem em Reunião de sócios a ser realizada no dia 22/12/2023, às 10:00 horas, em primeira convocação, de forma virtual, por vídeo conferência, por meio do procedimento de voto a distância para deliberar sobre (i) Rerratificação da Cláusula Quinta do Contrato Social; (ii) destituição do atual administrador (iii) eleição do novo administrador; (iv) alteração e consolidação do contrato social da Sociedade, em atenção a ordem do dia. Os sócios poderão acessar a reunião pelo link *https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_M2RkZDA5NTItYmNlZS00MDRjLTk4NTUtMmI5NzQ5M2NkNDk5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22075cf011-ca0f-49ec-a745-2e27f409a5e6%22%2c%22Oid%22%3a%22c364cd3a-c1b7-47dc-a5ad-d5bbbcf1d3d3%22%7d.* **Orientações Gerais:** Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia estão disponíveis para consulta, com antecedência legalmente exigida por meio de solicitação dos sócios no e-mail *societario@habibs.com.br.* 2. A pessoa presente na reunião deverá comprovar sua qualidade de sócio, bem como os documentos comprobatórios dos respectivos poderes de representação. 3. O Mandato para representação na reunião deverá ser encaminhado no e-mail *societario@habibs.com.br*, no mínimo com 2 dias úteis de antecedência à realização da Reunião. Rio de Janeiro, 08/12/2023. (11, 12 e 13/12/2023)

SISTAC – SISTEMAS DE ACESSO S.A.
CNPJ/MF nº 00.832.397/0001-88 / NIRE 33.3.0028756-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA SISTAC SISTEMAS DE ACESSO S.A.

SISTAC – SISTEMAS DE ACESSO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Prefeito Aristeu Ferreira da Silva, nº 2797, Bairro Vale Encantado, CEP 27.930-070, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 00.832.397/0001-88, e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE nº 33.3.0028756-6, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**") convoca os titulares das debêntures da 1° (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Emissora ("**Debenturistas**" e "**Debêntures**", respectivamente) a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos Cláusula 9 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da SISTAC – Sistemas de Acesso S.A.* " celebrado em 15 de fevereiro de 2023 ("**Escritura de Emissão**"), entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("**Agente Fiduciário**"), para que se reúnam em Assembleia Geral de Debenturistas ("**Assembleia**") a ser realizada de forma **exclusivamente digital e remota, através do sistema eletrônico** *Microsoft Teams*, **com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, em primeira convocação**, no dia **27 de dezembro de 2023, às 10:00 horas**, autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), conforme o §2º do artigo 71 da Resolução CVM 81, que será considerada como realizada na sede da Emissora, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Concessão de anuência prévia temporária para o eventual descumprimento pela Emissora do Índice Financeiro (conforme definido na Escritura de Emissão), exclusivamente com relação à apuração a ser realizada em 31 de dezembro de 2023, de forma que não seja caracterizada uma hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático da Emissão, conforme previsto no item (xvii) da Cláusula 6.3 da Escritura de Emissão. Após a referida apuração, o Índice Financeiro continuará a ser realizado anualmente, sendo que a próxima apuração será referente ao período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2024, conforme previsto na Escritura de Emissão; e (ii) autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realização de todos os atos necessários à implementação das deliberações previstas no item acima. **Informações Adicionais: Instrução de Voto à Distância:** A Assembleia será realizada através do sistema eletrônico *"Microsoft Teams"*, com *link* de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico da Emissora viviane.saraiva@sistac.com.br com cópia para o endereço eletrônico do Agente Fiduciário, qual seja, assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, observado o disposto no artigo 72, parágrafo 1º da Resolução CVM 81, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: **(i)** quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; **(iii)** quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(iv)** caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário. Nos termos do artigo 71, item I da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a Assembleia, por meio de sistema eletrônico, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto à distância, conforme modelo de instrução de voto à distância disponibilizado nesta data pela Emissora em seu website no link https://www.sistac.com.br, e encaminhamento para a Emissora e o Agente Fiduciário, de forma eletrônica, para os e-mails viviane.saraiva@sistac.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. A presidência da Assembleia será determinada pelos Debenturistas em Assembleia, em conformidade com a Escritura de Emissão. Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital terão o significado atribuído na Escritura de Emissão.

Macaé, 09 de dezembro de 2023.
SISTAC – SISTEMAS DE ACESSO S.A.

EM BUSCA DE APOIO

Maduro vai visitar Putin em meio à crise da Venezuela com Guiana

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, vai visitar o presidente da Rússia, Vladimir Putin, nos próximos dias, em meio à disputa da região do Essequibo com a Guiana. A visita deve acontecer até o fim deste mês e sinaliza a aliança entre as duas nações enquanto a Guiana recorre aos Estados Unidos e outros aliados sul-americanos para defender o território, rico em petróleo, caso haja uma invasão militar.

Articulada em outubro, quando as tensões em torno da região do Essequibo haviam começado a crescer, a viagem de Maduro tem o objetivo oficial aprofundar a "cooperação" e "os investimentos" russos no setor petrolífero venezuelano, nas palavras do vice-primeiro-ministro da Rússia, Alexander Novak. "(Tais esforços) são especialmente importantes no contexto das tentativas dos países ocidentais de usar a demanda por recursos energéticos como um instrumento de pressão política", disse Novak em outubro durante uma reunião com representantes venezuelanos em Moscou.

Os dois países estão entre os maiores produtores de petróleo do mundo. O interesse da Rússia em aprofundar os laços com a Venezuela acontece no momento em que a ditadura chavista anunciou a anexação da região do Essequibo, hoje pertencente à Guiana, com planos de exploração de petróleo. Estima-se que a área tenha uma reserva de 11 bilhões de barris.

Hoje, o recurso é explorado pela gigante americana ExxonMobil, que opera na Guiana desde 2008 e descobriu a reserva em 2015. A presença da empresa americana ajudou o país de apenas 800 mil habitantes a se aproximar dos Estados Unidos na área de segurança. Desde o ano passado, unidades do Exército americano realizam diversos treinamentos conjuntos com as Forças Armadas da Guiana (GDF, na sigla em inglês) para capacitar as tropas em nível tático e operacional.

Esta semana, após o plebiscito venezuelano considerar que a região do Essequibo é parte da Venezuela, o temor de uma invasão militar para anexar a região cresceu e levou o presidente guianense, Mohamed Arfaan Ali, a procurar os aliados da região para assegurar a defesa do território. Na quinta-feira passada, os EUA anunciaram exercícios militares em parceria com a GDF com presença de aeronaves, movimento visto como incomum por analistas e que demonstra a disposição dos americanos em defender a Guiana.

"Exercícios com meios militares efetivos (aéreos no caso) não eram realizados com a Guiana", disse o diretor do instituto de segurança Cetris e professor-visitante da National Defense University, Salvador Raza.

"Nesse momento, carrega em si a mensagem de presença, alinhamento de interesses e determinação dos EUA na segurança da Guiana."

Sozinhas, as forças guianenses são inferiores a da Venezuela, tanto em pessoal quanto em equipamentos.

A viagem de Maduro a Rússia demonstra que o líder venezuelano mantém contato com aliados que rivalizam com os EUA. Analistas avaliam, no entanto, que a Rússia tem poucas condições de auxiliar o país militarmente por causa da concentração de tropas na invasão à Ucrânia. "É algo que precisa ser considerado quando se pensa no conflito por todas as partes, sem dúvidas", disse o analista em segurança internacional Gunther Rudzit, professor da ESPM, em entrevista ao *Estadão* no dia 4.

MILITARES MORTOS

Guiana encontra Helicóptero sumido

O governo da Guiana informou na quinta-feira passada, que encontrou os destroços do helicóptero que caiu perto da fronteira com a Venezuela. Cinco oficiais militares a bordo morreram e outros dois sobreviveram. O helicóptero militar desapareceu na última quarta-feira, cerca de 48 quilômetros a leste da fronteira venezuelana, quando enfrentava más condições climáticas, enquanto transportava oficiais que realizavam uma inspeção de rotina das tropas na área florestal.

"Meu coração dói e se afoga em tristeza pela trágica perda de alguns de nossos melhores homens fardados", disse o presidente Irfaan Ali em comunicado postado nas redes sociais, chamando a perda de "imensurável". Ali identificou os falecidos como um general aposentado, um coronel e dois tenentes-coronéis.

O primeiro-ministro, Mark Phillips, disse que ainda estão tentando determinar o que causou a queda do helicóptero - autoridades disseram em entrevista coletiva na quarta-feira que não havia indicação de fogo hostil.

MIRASOL COPACABANA HOTEL LTDA.
CNPJ/MF nº 72.555.758/0001-05 - NIRE nº 33204856148

Edital de Convocação: Ficam convocados os sócios a participar da Assembleia de Sócios a ser realizada no dia 21/12/2023, às 11:00hs, na Rua Rodolfo Dantas nº 86, Copacabana, CEP 22020-040, com a seguinte ordem do dia: a) Aprovar as contas dos administradores; b) Modificações na Administração da Sociedade; c) Alterar e Consolidar o Contrato Social da Sociedade; e d) Deliberar sobre outros assuntos de interesse geral. Os documentos pertinentes às matérias a serem discutidos nesta Assembleia de Sócios encontram-se à disposição dos Quotistas na sede social da Sociedade. RJ,05/12/2023. Berta Guimarães Pereira Pose Gomez e Manuel Tunas Santiago, Administradores

Unimed Rio

UNIMED-RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A
CNPJ/ME Nº 12.501.467/0001-02
NIRE 33.3.0029497-0
("Companhia")

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A, na forma do art. 123 da Lei 6.404/76 e do §1º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 19 de dezembro de 2023, às 10 horas, em primeira convocação, às 10:15 horas, em segunda convocação, e às 10:30 horas, em terceira e última convocação, na sede da acionista majoritária, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2500, Office III, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro para deliberarem sobre a seguinte matéria:

(i) Destituição e eleição dos novos membros do Conselho Fiscal da Companhia

Considerando eventual urgência e relevância, assuntos extra pauta poderão ser deliberados em reunião, mediante a presença da maioria dos acionistas.

O acionista, seu representante legal ou procurador deverá observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76 e do § 3º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia para participar da Assembleia Geral Extraordinária.

Carlos José Bichara Junior
Presidente do Conselho de Administração da
Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A

ANS - nº 39.332-1

FAMÍLIAS

Programa do CNJ regulariza imóveis em comunidade

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O programa Solo Seguro Favelas, conduzido pela Corregedoria Nacional de Justiça, instância do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entregou nesta sexta-feira para 80 famílias os títulos de posse do imóvel em que vivem. A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, também participou do projeto piloto de concessão de títulos de regularização fundiária. O Tribunal de Justiça e cartórios fluminenses colaboram com a força-tarefa.

As famílias contempladas são moradoras da comunidade Nova Brasília, no Complexo do Alemão. De acordo com a Secretaria de Habitação, a ação consiste em identificar os donos dos terrenos onda as casas estão construídas para, em seguida, legalizar a posse ao morador.

Além das entregas desta sexta-feira, a prefeitura examina outros 7.111 processos, cuja análises devem ser concluídas até o fim de 2024.

De acordo com o CNJ, o objetivo do programa é "impulsionar o ordenamento territorial urbano com a titulação e emissão dos registros imobiliários aos ocupantes dessas áreas em todos os estados".

Com o documento em mãos, o que era posse passa a ser uma propriedade definitiva. Um efeito prático é poder dar o imóvel em garantia de empréstimos com instituições financeiras, por exemplo.

"Minha família mora lá há 60 anos. Agora posso chamar minha casa de imóvel", disse Neusa Bezerra do Nascimento, uma das beneficiadas.

Os títulos também facilitam a entrada da comunidade no mapa da cidade, com o reconhecimento oficial dos logradouros. Em seguida, os Correios podem definir CEP.

O secretário de Habitação, Patrick Corrêa, destacou a importância da entrega dos títulos, relembrando as dificuldades que ele tinha para comprar um eletrodoméstico quando vivia no Vidigal, comunidade na zona sul do Rio, e não tinha endereço formal. "Agora, com os títulos, os moradores entram no mapa oficial da cidade e da sociedade. Além da dignidade de ter o seu imóvel reconhecido. Isso não tem preço".

Além da entrega de mais títulos, a prefeitura planeja obras de intervenção urbana no conjunto de favelas com recursos federais do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

COMBATE À GRILAGEM

A campanha é inspirada no Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, iniciativa do CNJ, iniciado em abril deste ano, para enfrentar a grilagem de terras e os conflitos fundiários.

As ações do CNJ, que envolveram as corregedorias dos tribunais locais e cartórios de imóveis, passaram pelos nove estados brasileiros da Amazônia Legal de 28 de agosto a 1º de setembro. Foram entregues mais de 30 mil títulos de posse.

Os estados que tiveram propriedades registradas foram Acre (3,7 mil), Amapá (138), Amazonas (2.707), Maranhão (4.793), Mato Grosso (8.134), Pará (4 mil), Rondônia (1.795), Roraima (2.474) e Tocantins (3.523).

Ao levar a iniciativa às favelas, o CNJ espera estimular a oferta de serviços públicos, como abastecimento de água, fornecimento de luz, esgoto, drenagem, coleta de lixo e assistência social.

A cerimônia desta sexta-feira no conjunto de favelas coincide com o Dia da Justiça.